



3ª CONFERÊNCIA ANUAL  
DE SEGURANÇA ALIMENTAR  
E NUTRICIONAL



Alimentação Adequada  
e Saudável no Contexto Amazônico:  
DIREITO DE TODOS



# **RELATÓRIO FINAL**



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL**

**CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA**  
**ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL**

**COMISSÃO DIRETIVA DO CONSEANS**

- **GERALDO LUCIANO GOMES DOMONT**
- **VALDEMIR PEREIRA DE SOUZA**
- **ROSA MARIA DA SILVA BARBOSA**
- **BELINA PINTO SOARES**
- **JANAYNA PEREIRA COSTA**



#### **COMISSÃO ORGANIZADORA DA III CESAN**

- GERALDO LUCIANO GOMES DOMONT – FPSANS
- BELINA PINTO SOARES - ARCT/PA
- PATRÍCIA LUZIA DOS SANTOS – FEPS
- ROSA MARIA DA SILVA BARBOSA
- NILZA SARMENTO DA SILVA - SEDES
- GEANNE BRITO DE MIRANDA – SESPA

#### **COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

- MARLY DOS ANJOS BELO DA SILVA
- BELINA PINTO SOARES
- MARIA JOSÉ DE SOUSA SOBRINHO
- BRUNO COSTA DOS ANJOS
- CELIA REGINA FAVACHO
- LIDUINA MONTEIRO MENEZES
- JANAÍNA PERREIRA COSTA
- MARIA LUCIA FERNANDES PINHO
- MARIA AMUJACI MACHADO BRILHANTE

#### **COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA**

- NADIA ALINNE FERNANDES CORREA
- ALEXANDRE PEREIRA SOUZA
- FERNANDO DA COSTA RIBEIRA
- IVANA COSTA SOUZA
- ROSE DA SILVA MONTEIRO
- ROSA DE FATIMA VELOSO
- ROSEANE ARAUJO DA SILVA
- VALDEMIR PEREIRA DE SOUZA
- VALBER SENA PINHEIRO

#### **COMISSÃO METODOLOGIA E CONTEÚDO**

- ALZEMIRA SANTARÉM GUERREIRO
- ADRIA MACEDO DOS SANTOS
- LUCIDÉIA CUNHA PAIVA
- MARIA DA CONCEIÇÃO REBELO
- XAENE DUARTE MENDOÇA
- ROSILENE COSTA REIS
- KARINA LADEIRA DEMELO
- JOSÉ AMÉRICO BOUÇÃO VIAN



## CONSEANS

- GERALDO LUCIANO GOMES  
DOMONT - FPSANS
- MARIA JOSÉ DE SOUZA SOBRINHO -  
FPSANS
- ROSE DA SILVA MONTEIRO –  
FPSANS/CÁRITAS
- MARIA LUCIA DE OLIVEIRA NEVES  
- FPSANS
- LIDIUNA MONTEIRO MENEZES  
CONAN/FPSANS
- ROSA DE FATIMA AMADOR VELOSO  
– CONAN/FPSANS
- MARIA ANGELICA MARQUES  
SARAIVA – OFS/FPSANS
- GILBERTO GOMES DOS SANTOS –  
STTR/FPSANS
- VALDEMIR PEREIRA DE SOUZA -  
SITIBEGAM
- MARIA LUCIA FERNANDES -  
SITIBEGAM
- FRANCISCO FERNANDO DA COSTA  
RIBEIRO – FORÇA SINDICAL
- VALBER SENA PINHEIRO – FORÇA  
SINDICAL
  - PATRÍCIA LUZIA DOS SANTOS –  
FEPS
  - BRUNO COSTA DOS ANJOS -  
FEPS
- ROSA MARIA DA SILVA BARBOSA –  
PASTORAL DA CRIANÇA
- FRANCISCA DE FÁTIMA SARGES –  
PASTORAL DA CRIANÇA
- CARIVALDO GOMES DA SILVA -  
AMARQMJ
- NEUZA DE SOUZA NOGUEIRA -  
AMARQMJ
- JOSÉ GEDEÃO MONTEIRO  
CARDOSO – FÓRUM INDÍGENA
- BEKAI KAIAPÓ – FÓRUM INDÍGENA
- SIMONE DO SOCORRO M. MENDES -  
ACIYOMI
- VIRGINIA LUNALVA MIRANDA DE  
ALMEIDA - ACIYOMI
- LIVIA DE ARAÚJO SANTANA -  
MOCAMBO
  - CELIA REGINA FAVACHO - CNS
- MARIA DE FATIMA COSTA SANTOS -  
CNS
- ADRIA MACEDO DOS SANTOS -CNS
- SANDRA REGINA PERREIRA - CNS
  - MARIA AMUJACI MACHADO  
BRILHANTE – FORUM ONG AIDS
- BELINA PINTO SOARES -ARCT/PA
- REIA SILVA LEMOS DA COSTA  
ARCT/PA
- NADIA ALINNE FERNANDES  
CORREA – CRN-7
- ALDAIR DA SILVA GUTERRES –  
CRN-7
- ANTONIA MARIA PEREIRA DA  
SILVA - APPD
- ROSANE ARAUJO SILVA - APPD
  - MARLY DOS ANJOS BELO DA  
SILVA - FAAPPA
- MARIA DA CONCEIÇÃO REBELO -  
FAAPPA
- MARIA ROSILENE FREITAS DA  
SILVA - FMAP
- LUCIDÉIA CUNHA PAIVA - FMAP
- JANAYNA PEREIRA COSTA - RECID
- ALEXANDRE PEREIRA SOUZA -  
RECID
- RAIMUND DE SOUZA QUIXABEIRA -  
RECID
- VALDIVINO R. DA SILVA
- GEANNE BRITO DA ROCHA  
MIRANDA - SESP



- **RAILDA CONCEIÇÃO FERREIRA B. TUMA - SESPA**
- **JOSÉ AMÉRICO BOUÇÃO - CONAB**
- **KARINA LADEIRA GUERREIRO VILAR DE MELO - CONAB**
- **XAENE FERNANDES DUARTE MENDONÇA - UFPA**
- **ROSILENE COSTA REIS - UFPA**
- **NILZA MARIA SARMENTO DA SILVA - SEAS**
- **EDNA MARTA DA SILVA RIBEIRO - SEAS**
- **ANA JOAQUINA BENASSULY PEREIRA - SAGRI**
- **MAYANA TEIXEIRA DANIN - SAGRI**
- **ELIANA DA SILVA DAMASCENO - ASIPAG**
- **RONALDO DAS MERCES - ASIPAG**



## **A PARTICIPAÇÃO HISTÓRICA COMO CONSTRUTORA PARA A GARANTIA DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

O protagonismo dos (as) delegados (as), no contexto da **III CESAN** adquire um caráter histórico e, conseqüentemente, estratégico. Histórico, pois vivemos um momento único de estruturar uma política afirmativa, inclusiva. É o momento de referendar esta demanda reprimida desde antes da ditadura militar. Na década de 30, o patrono Josué de Castro enfatizou o caráter intersetorial e político, desmistificando o conceito imposto, até então, desta política pública. Ele ressignifica os conceitos basilares, provocados por uma sociedade excludente, à época. Isso constitui toda base conceitual que hoje fundamenta os princípios e diretrizes dessa política, em nível nacional.

Muitos, como nós, contribuimos para colocar o tema da Segurança Alimentar e Nutricional nas agendas, tanto da sociedade civil, quanto do poder público. Com mais esse passo que estamos dando hoje, reafirmamos a inserção de vários brasileiros e brasileiras, tirando-os da marginalidade, do apartheid social, cujos atores são essenciais para a reafirmação da democracia participativa deste país.

Na sociedade verdadeiramente democrática, o perfil estratégico dessa política foi reafirmado quando o Governo Federal acrescenta as políticas sociais, importante estratégia para criar vários patamares na escala social. O Brasil passa a ser um exemplo, em nível mundial, diminuindo soberanamente a dependência externa em plena crise mundial, emparelhando estrategicamente com a citação histórica do “WelfareState”, implementado nos Estados Unidos, após a depressão de trinta.

Neste contexto, o processo de mobilização da **III Conferência Estadual de Segurança Alimentar** vem referendar o desenrolar da instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável- Pará**, instância componente do SISAN, no Estado Pará, em estreita parceria com a **Secretaria de Estado de Assistência Social**, promoveu a mobilização, acatada por 51 municípios que responderam ao chamamento do CONSEANS e realizaram as etapas municipais. Um universo de mais de 7.000 pessoas, dialogicamente, discorreram sobre a temática estabelecida pelas instâncias subsequentes e num grande espírito democrático são participantes desse processo. O evento acontece no Centro de Convenções da Amazônia – Hangar, no município de Belém, com a participação de mais de 750 pessoas.

Desse grande esforço mobilizatório, promovido pelo **Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEANS/PA**, o Estado do Pará mostrou o diferencial desse momento, ao realizar as etapas municipais. Os conselheiros e conselheiras, concomitante às Conferências Municipais, realizaram a constituição de vários Conselhos Municipais, dando um passo decisivo para instituição da SISAN, no nosso grandioso Estado, o que demonstra claramente que a agenda vindoura terá com certeza a participação, não só do poder Executivo como da Sociedade Civil Organizada, na afirmação de uma sociedade verdadeiramente



democrática. Hoje, nós delegados e delegadas da **III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional** fazemos parte da construção dos anais históricos de um grande país, o que redundará, conseqüentemente, na construção de um grande Estado de pleno direito.

### Saudações democráticas

Geraldo Domont  
CONSEANS/PA

## A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DE SEU MARCO CONCEITUAL

A Constituição Brasileira de 1988 consagrou o ideário da universalização das políticas sociais no Brasil, numa fase em que as condições econômicas, para chegar a um universalismo de fato, se tornavam cada vez mais precárias. Sendo assim, crise econômica, crise nas finanças públicas e direitos constitucionais adquiridos passam a ser, desde meados dos anos 90, um dos conflitos a serem enfrentados numa eventual reforma do Estado. A crise do Estado do bem-estar social no Brasil chegou antes que ele pudesse ser, de fato, implantado em sua plenitude.

Pelos princípios do Estado de bem-estar social, todo indivíduo teria o direito, desde seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços que deveriam ter seu fornecimento garantido, seja diretamente através do Estado ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esses direitos incluem a educação em todos os níveis, a assistência médica gratuita, o auxílio ao desempregado, a garantia de uma renda mínima, recursos adicionais para a criação dos filhos, etc. Desta forma, a idéia de usar a "política social" é um meio para se obter a eficiência econômica .

O conceito de "*políticas sociais produtivas*" encontrou apoio nos movimentos de trabalhadores, cujo conceito ressurgiu durante a Grande Depressão dos anos 30 (Andersson, 2003; Kulawik, 1993). A crise, em termos de efeitos sociais da Grande Depressão e de desemprego em massa, coincidiu com a "*questão da população*" e a queda dos índices de natalidade, e modelou o discurso de uma crise social e nacional. Este discurso estruturou as idéias de *intervenção estatal* na economia como um processo de racionalização da reprodução da população e da esfera domiciliar, baseadas na observação de que os custos de reprodução e de criação de filhos estavam desigualmente distribuídos entre as classes sociais (Myrdal-Myrdal, 1987). Da mesma maneira que os mercados de trabalho e a mais ampla organização da produção poderiam ser *racionalizadas* mediante a utilização de regulamentações sociais para se obter um nível mais alto de produtividade, também a esfera social deveria ser *racionalizada* através do uso de *políticas sociais*, como políticas familiares, sempre em benefício de maior eficiência nacional. Esta noção de "*racionalização*" foi incorporada no conceito de "*política social produtiva*".



Em 1932, o sociólogo e economista Social-democrata Gunnar Myrdal, escreveu que as modernas *políticas sociais* diferiam totalmente das antigas políticas de auxílio à pobreza, uma vez que eram *investimentos* e não custos. As políticas sociais modernas seriam eficientes e produtivas devido à sua ação profilática e preventiva, direcionada para evitar o surgimento de problemas nos organismos político-sociais. Neste sentido, as novas políticas sugeridas por Myrdal contrastavam fortemente com as antigas políticas de "remediar a pobreza", sendo destinadas a evitar o surgimento de bolsões de pobreza e a criar maiores riquezas.

Contra as recomendações dos que pregavam uma "maior economia orçamentária" para sair de crises geradas a partir do "mercado", argumenta-se que as *políticas sociais* não são meramente uma questão de redistribuição de renda, mas uma questão vital para o próprio desenvolvimento sócio-econômico, que e tem como

objetivo principal o aumento do PIB. Estes conceitos sustentaram a defesa retórica de um **Estado de bem-estar social** que se expandiu contra o desejo dos liberais e fundamentalistas de livre mercado, que viam as políticas sociais como "custos" e não como "*investimentos*" (Myrdal, 1932b; Jonung, 1991). Via-se nas *políticas sociais* um meio de obter não só a segurança social dos indivíduos, mas sobretudo a organização eficiente da produção (Stephens, 1979; Ryner, 2002). Entre os seus **objetivos** há dois essenciais: a garantia do bom funcionamento do mercado, segundo o pensamento liberal, e a defesa dos direitos dos cidadãos na *saúde, educação e alimentação*. Uma das ideias fundamentais deste pensamento é a igualdade de oportunidades. Ao longo do tempo vão-se desenvolver políticas públicas, aumentando o orçamento do Estado para essas áreas. É interessante comparar-se a percentagem do PIB de cada país que é investida em políticas sociais com seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano. Observa-se claramente que, dentre aqueles países que investiram um grande percentual do seu PIB em políticas sociais, todos eles obtiveram um IDH elevado (acima de 80%). A relação não é direta: nem sempre o país que mais investiu em políticas sociais é o melhor colocado no IDH, o que indica que não só o "investir". É importante o "como investir", pois tem grande influência nos resultados obtidos.

A evidência empírica sugere que os impostos e as transferências de renda podem reduzir consideravelmente a pobreza, mas o modelo de desenvolvimento econômico e a base de sustentação financeira das políticas sociais no Brasil têm sido organizados de forma incompatível com os ideais de universalização.

Nos últimos anos, o governo do Brasil em parceria com os governos estaduais em um movimento sinérgico, conseguiu dar mais capilaridade às políticas públicas, mas de uma forma muito tímida, pois mesmo com este esforço, 16 milhões de pessoas ainda permanecem na pobreza extrema. Ainda persiste o apartheid social nas regiões mais distantes e remotas que dificilmente são alcançada pela ação do Estado.



Muitas pessoas ainda não conseguiram se inscrever em programas sociais básicos pela simples omissão do Estado de prover o cidadão do mais elementar documento de cidadania, a certidão de nascimento e muito menos ter acesso a serviços essenciais como água, luz, educação, saúde e moradia. A miséria tem caras e necessidades diferentes conforme a região. A realidade no campo é uma; na cidade é outra bem diferente. Percebe-se que não só em regiões de baixo IDH, como por exemplo em nosso Estado, o Arquipélago do Marajó, grassa a fome endêmica, não só pela falta do alimento básico, com um alto índice de mortalidade infantil que se acirra pela má qualidade da água. Como já mencionado anteriormente, a situação se agrava não só nesses locais abandonados pelas falta de investimentos sociais, aumentando os impactos sociais, bem como em frente da Região Metropolitana, nas ilhas, em torno de Belém. Nelas, há necessidade de implantação de um sistema de cisternas, para que se minimizem os índice de mortalidade infantil e disseminação de doenças infecciosas e parasitárias, bem como precisamos de políticas públicas voltadas para renda, inclusão produtiva e serviços públicos, incluindo água, luz e moradia.

No campo, o objetivo central é qualificar e aumentar a produção dos agricultores familiares, aumentando o acesso ao crédito, bem como possibilitando uma

demanda mais abundante na área da assistência técnica rural, uma das principais reivindicações dos pequenos produtores. Nos centros urbanos há necessidade em se qualificar mão de obra e identificar oportunidades e emprego para os mais jovens, criando assim perspectiva para essa juventude. Em outras palavras, a política social brasileira é insuficiente para cobrir as necessidades da população de mais baixa renda, de maneira a evitar a perpetuação dos bolsões de pobreza e gerar novas riquezas, não somente em termos de quantidade, mas também de qualidade. Este, portanto, será o desafio a ser vencido pelo poder público, juntamente com a sociedade civil organizada, na implantação do Programa Brasil sem Miséria, pois o referido Programa será a principal ferramenta para promoção do pacto social de resgate cidadão.

Nestes termos, vimos como estratégico não só a implantação, fortalecimento das políticas publicas redistributivas de renda, bem como após a assinatura do pacto de adesão pelo poder executivo estadual, promover o processo de descentralização dessas políticas.

#### **1. Ameaças, avanços e perspectivas para efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar no âmbito Estadual**

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE -Durante a implantação dessa política garantidora do DHAA, vimos um avanço em nosso Estado. Vale destacar a



reformulação do PNAE, garantindo o mínimo de 30% na compra local dos pequenos produtores, criando a perspectiva de promoção do desenvolvimento local. No entanto, apresenta-se o desafio de preparar essa massa de produtores para apresentação de um produto de qualidade, com sanidade para consumo pelo público estudantil, como é exigido pela legislação vigente. Desta forma, o investimento em ATER precisa ser intensificado, bem como abertura de crédito menos burocrático, até que os mesmos se adequem, e tenham acesso a novas tecnologias. O grande diferencial na implantação do PNAE conceitua-se como estruturante, pois sua ação viabiliza não só a questão de ver respondida a garantia do direito humano, mas promover uma gama de ações que consequentemente vão promover o desenvolvimento humano local, como por exemplo: a simples inclusão no cardápio regional, de produtos como açaí, camarão, miriti, peixes, frutas e verduras praticados na região. É preciso ainda fazer levantamento dos equipamentos públicos locais, e/ou incentivar a implantação dos mesmos para que se melhore a qualidade e a sanidade dos produtos oferecidos à população, tais como: construção e adequação de matadouros municipais, frigoríficos, construção de casas de farinhas, de açaí, etc.

Na área da formação, deve ser garantida e fomentada a inclusão de profissionais especializados (nutricionistas) na elaboração do processo, bem como na formação de manipuladores (merendeiras) da alimentação escolar. Consideramos, portanto, que esses são os mais importantes avanços, entre tantos outros abaixo relacionados, que interagem com outros Programas, como o PAA, PRONAF, etc.,

promovendo uma revolução no campo, pois algumas prefeituras estão elaborando projetos de organização e apoio aos pequenos produtores, para que eles alcancem excelência no fornecimento ao poder público local. Além desses avanços apresentado, há que se destacar um marco referencial no processo de mobilização da III CESAN : a participação da sociedade civil nas Conferências Municipais e na Etapa Estadual, com o envolvimento de 51 prefeituras, inclusive com a criação de vários Conselhos Municipais, concomitante à realização da Conferência Municipal. Devem ser considerados, ainda, Adequação das instalações e capacitação em Boas Práticas Fabricação - BPF e Boas Práticas Manipulação - BPM; Boa Prática de Fabricação- BPF e Boas Práticas de Higiene- BPH; Tratamento adequado de água e instalações; Coleta seletiva de lixo; Oficinas de Educação ambiental; Ampliação de contratação de profissional na área de nutrição;. Ampliação de programas de Transferência de Renda: Benefício de Prestação Continuada- BPC; Construção de Casas Populares; Acompanhamento nutricional nos postos de saúde; Realização de Feiras do Agricultor; Efetivação da Cobertura vacinal no primeiro ano de vida; Início do Programa Terra



Legal/ INCRA; Investimento na base da Agricultura Familiar; Ampliação de programas voltados à geração de renda e à economia solidária; ampliação e efetivação do Programa Seguro Defeso; programas e projetos voltados às comunidades tradicionais e povos de terreiro como: titularização da terra, cesta de alimentos, geração de renda e formação e outros; avanços nos debates sobre a intersectorialidade; redução do número de famílias abaixo do nível de pobreza; diminuição dos índices de desnutrição de crianças nos municípios; redução do número de famílias abaixo do nível de pobreza; diminuição dos índices de desnutrição de crianças nos municípios, enfim, que garantam uma verdadeira qualidade de vida aos cidadãos e cidadãs paraenses.

Outro aspecto importante a ser considerado, também, é a elaboração de projetos de desenvolvimento, com a participação direta dos habitantes da região, pois sem isso se potencializa a violação de direitos humanos na área. A ampliação de grandes projetos de exploração de nossos recursos naturais nesta Região rica em recursos naturais tem provocado a ocupação predatória, provocando assassinatos no campo, desmatamento, degradação ambiental, ocupação ilegal de terras, expondo os habitantes regionais às mazelas do desenvolvimento, como prostituição, transmissão de doenças infecto-contagiosas, trabalho escravo, tráfico de drogas. A exemplo, podemos citar a área da hidrelétrica de Belo Monte, pois a cidade de Altamira, hoje, com um universo populacional de 100.000 hab, vai mais que triplicar com o início do projeto, já em andamento, passando aproximadamente a uma população em torno de 350.000 hab., causando uma convulsão social, inclusive já vista na região, com a implantação de outros grandes projetos de exploração, com o projeto Jari, gerando grandes favelas, como Laranjal do Jari. Um outro exemplo, a Usina de Tucuruí, também deixou marcas indeléveis nos habitantes locais. Além disso, a descontinuidade na implantação de políticas públicas e a falta de sinergia entre as instâncias de poder são fatos geradores da

incipiência de resposta do Estado em garantir a efetivação do direitos humanos na região, sem contar com o desperdício de alimentos por grandes empresas (supermercados, restaurantes); falta de monitoramento dos Programas Sociais do Governo Federal no Município (Bolsa Família e BPC); Serviços de atenção básica de saúde insuficientes, falta de conhecimento do balcão de serviços e falta de investimentos técnico-financeiros; baixa industrialização do setor produtivo, o que faz com que consumamos produtos industrializados vindos de outros Estados; baixa qualidade nutricional de alimentos ofertados nas redes de “Fast - Food”; Lixão: local impróprio para depositar o aterro sanitário, contaminando lençóis freáticos; Terra na mão de latifundiários sem demarcação de terras na zona rural. Como já dissemos acima,



por falta de projetos de desenvolvimento, a região convive com situação de exploração predatória como os Projeto de Mineração que ocasionam degradação ambiental. Deve ser garantido para a região um projeto de financiamento específico de saneamento, suprimindo a falta de acesso à água de qualidade e em quantidades suficientes nas áreas rurais;

As perspectivas apresentadas pelos delegados e delegadas da III CESAN demonstram, claramente, as ações que o Estado implementa. Apesar de incipientes, demonstram que o poder público quando quer ser efetivo, consegue chegar à excelência de prestação de serviço à população. Algumas das dificuldades apresentadas acima, deixam lacunas em algumas perspectivas. Caso consigamos vencer as disparidades regionais, como o isolamento das populações nativas e vencer a dificuldade de acesso às comunidades mais distantes, devemos estabelecer essas etapas como desafios a serem vencidos; bem como em resposta à consulta à população que define um caminho melhor para efetivação do direito humano à alimentação pela prática diária de suas atividades, estabelecendo algumas demandas que são justamente as perspectivas de ver a qualidade de suas vidas melhorarem, proporcionalmente ao processo de desenvolvimento em sua área; Projeto de reflorestamento; tratamento da água à população; utilização de nova tecnologia de produção, perspectivas de desenvolvimento de técnicas agroecológicas com a utilização de adubo orgânico na agricultura familiar; melhorana alimentação da população através da reeducação alimentar; diminuição dos índices de desnutrição de crianças nos municípios; redução do número de famílias abaixo do nível de pobreza; efetivação da política de SAN para garantir o DHAA; aquisição de espaço físico adequado para armazenamento e conservação dos produtos da agricultura familiar; mais financiamento para construção de casas de beneficiamento de açaí e de casas de farinha, ampliando para outras cadeias produtivas; fortalecimento com máquinas e equipamentos para o agricultor familiar; mais financiamentos para os estados e municípios para a construção e revitalização de estradas; mais financiamento para compra de equipamentos para o setor de pescadao; aquisição de transporte para deslocamento dos produtos da agricultura familiar para as escolas; curso de elaboração de projetos de geração de renda para lideranças comunitárias e movimentos sociais; publicizar aos agricultores familiares os critérios de acesso ao Programa de Aquisição

de Alimentos -PAA; desburocratização das linhas de financiamento voltada para o agroindústria familiar, dotando o pequeno produtor de equipamentos necessários para a produção qualificada. Pela demanda apresentada, há a necessidade de mais projeto para agricultura periurbana, além de melhor divulgação das chamadas



públicas no início do ano para o agricultor familiar se cadastrar e ser fornecedor do PAA e PNAE; Também pela conservação da sócio-biodiversidade, a consciência agroecológica já disseminada em grande parte da população do campo, prioriza-se a criação de Área de Proteção de mananciais – APAS. Os investimentos ao pequeno produtor é uma das maiores demandas da área. Deve ser garantido o apoio, por parte do poder público, às cooperativas de Trabalhadores do PRONAF, através do fornecimento de insumos, máquinas agrícolas e capacitação em técnicas de manejo; incentivos fiscais às empresas que adquirem produtos da Agricultura Familiar; usar a mídia para incentivar a compra de produtos regionais por parte das empresas e incentivo de mudanças de hábitos alimentares; informação pelo poder público sobre o desperdício de alimentos; fiscalização por parte da sociedade civil quanto ao acesso e uso dos Programas Sociais de transferência de renda; investimento do poder público na ampliação da rede de abastecimento de alimentação adequada; oferta de alimentos a estudantes, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar; desenvolvimento de projetos de hortas nas escolas; efetivação da educação alimentar e nutricional nas Escolas; aumento de recursos federais para financiamento de projetos voltados à Segurança Alimentar Nutricional; ampliação e fortalecimento das cozinhas comunitárias para áreas de populações vulneráveis; ampliação do quadro técnico na área da saúde para atendimento à população; formação de educação popular nas comunidades; estimulação de projetos de Agricultura Urbana e Periurbana; fortalecimento do Programa de desenvolvimento sustentável da Pesca; melhoramento das condições de trabalho da cadeia produtiva da Pesca; Incentivo à formação de cooperativas de pescadores através da ampliação de pólos de beneficiamento da pesca; ampliação das linhas de crédito destinadas às populações em situação de vulnerabilidade social; Fomento à linha de pesquisa ; apoio à população das Ilhas e ribeirinhos; Realização de encontros formadores com manipuladores ( merendeiras) para elaboração do cardápio da alimentação escolar, na perspectiva indígena e quilombola; Incluir nos programas de avaliação nutricional os alimentos regionais; Ampliação e efetivação do Programa Seguro defeso, considerando a cadeia produtiva do caranguejo em áreas da Marinha; Ampliação de construções de casas populares em todo Estado e desburocratização do acesso.

Dentre as perspectivas apresentadas, acreditamos que a de maior relevância é da participação social na implantação dessa política de SAN. Apesar de instituída, pode-se se dizer, informalmente, ainda faltar a complementação do sistema com a instituição de várias instâncias que o compõem. Mesmo assim, a sociedade civil é um marco referencial, interagindo com os poderes constituídos e afirmando, dia-a-dia,



no Estado do Pará, essa participação que garantiu o fortalecimento do Sistema. O marco inicial é o surgimento do Fórum Paraense de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável que, em parceria com a Rede de Educação Cidadã e outras entidades da Sociedade Civil Organizada, consegue reestruturar O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, na ótica da Lei 11.346 (LOSAN). A partir de então, consegue constituir todo o arcabouço legal, que dá legalidade à instância colegiada, finalizando com a realização do Seminário do SISAN, sistematizando as proposições do evento e apresentando como proposta de criação da LOSAN Estadual, que hoje se encontra em tramitação. Evento esse, construído em parceria com o MDS e Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social – SEDES. Nessa interação, por último, está a constituir-se, em parceria com a coordenação do FNDE, a CIAE estadual, interagindo com outras instituições, principalmente com o Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE, bem como a constituição da Comissão Intersetorial de Conselhos.

Do mesmo modo, garantir-se-ão a participação cidadã da sociedade civil organizada, com atividades correlatas, identificadas a partir ações de educação alimentar e boas práticas alimentares, cidadania, com a Pastoral da Criança, CRN-7, SESC/MESA BRASIL, RECID, AÇÃO CIDADANIA, FPSANS, ACYOMI, FAAPA, FEPS, INTECAB, FMAP, CNS, entre outras. Além desses parceiros, existem outros tantos que especificamente não tratam diretamente da fixação da política de San, mas na perspectiva da transversalidade do tema chamam a atenção para a violação desses direitos, tanto quanto provocam a exigibilidade desses direitos violados. Isso mostra a importância social ser um dos princípios basilares dessa política. É, portanto, um dos grandes desafios, nesse ponto da mobilização social, promover a articulação e interação desses movimentos.

## **2. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

**Nova estratégia de desenvolvimento social, pelo conceito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e seu caráter intersetorial, há a perspectiva de se elaborar o Plano a partir de suas várias vertentes, consolidando uma nova estratégia de proteção baseada no desenvolvimento econômico com estabilidade, distribuição da renda e convergência entre as ações universais e focalizadas. Convergência, que é necessária se considerarmos a pobreza como fenômeno multidimensional. Essa inflexão foi influenciada por autores como Amartya Sen (1999), que identifica a pobreza como “privação de capacidades” (como desemprego, doença, baixo nível de instrução e inclusão social). Na mesma**



perspectiva, Narayan (2000) pesquisou a opinião dos pobres sobre o significado da pobreza, resumida a seguir:

**“Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder um filho por uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade.” (Apud, Crespo e Gurovitz, 2002:11).**

Nessa perspectiva, “erradicar a pobreza” não só requer transferência monetária, mas também emprego, saúde, moradia, educação, nutrição, saneamento e transporte. Assim, além disso, essa estratégia requer políticas universais e crescimento econômico. Crescimento econômico, emprego e renda. Renda digna do aposentado, pensionista e idosos, minimizando as transferências dos recursos da Previdência, saúde e Assistência, que são o tripé da Seguridade Social – A principal política social é o crescimento por seus impactos no mundo do trabalho. O pleno emprego é a mais eficaz das ações visando à inclusão. Portanto, a construção do Plano Nacional de Segurança Alimentar deve considerar dentro de seus eixos estratégicos esses aspectos sociais na sua elaboração. A seguir, apresentamos propostas dos delegados e delegadas participantes da III CESAN.

1. CRIAR E IMPLEMENTAR A POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.
2. CAPACITAR E AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTO - PAA;
3. CRIAR O FUNDO ESTADUAL E NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL;
4. CAPACITAR OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS; AGENTES COMUNITÁRIOS DE ENDEMIAS-ACE E AGENTES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA-AVS, COM TEMAS RELACIONADOS AO DHAA, PARA SEREM DEBATIDOS COM AS FAMÍLIAS;
5. GARANTIR E INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO E A LEI DE PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS;
6. INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO DO ESTOQUE REGULADOR DE PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTOS, QUE CONSISTA EM UM MECANISMO DE CONTROLE DE CUSTO DE PRODUÇÃO, PREÇOS E QUALIDADES DOS ALIMENTOS;



7. **CAPACITAR OS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE SAN SOBRE GESTÃO COMPARTILHADA;**
8. **SEMINÁRIOS E PROGRAMAS DE RÁDIO PARA CONSCIENTIZAÇÃO À POPULAÇÃO URBANA E RURAL SOBRE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS;**
9. **INVESTIR NO SISTEMA DE TRANSPORTE DO MUNICÍPIO, PRINCIPALMENTE NO QUE SE REFERE AO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DAS COMUNIDADES;**
  
10. **INVESTIR NO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO LOCAL PARA ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DAS COMUNIDADES.**
11. **CAPACITAR BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS PARA INCLUSÃO EM PROJETOS DE PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS DESTINADOS AO AUTO-CONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO.**
12. **PROMOVER A PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE O SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR - SISAN E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA - DHAA (CARTILHAS, VÍDEOS, FOLHETOS E CADERNOS DE REFERÊNCIA);**
13. **PROMOVER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ATENDAM ÀS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E GRUPOS POPULACIONAIS ESPECÍFICOS;**
14. **GARANTIR A IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RELACIONADOS À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ESTADO DO PARÁ, OFERTADOS PELO GOVERNO FEDERAL;**
15. **GARANTIR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS COMUNIDADES;**
16. **IMPLEMENTAR AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA, RESPEITANDO O PERFIL DAS COMUNIDADES EM SUA DIVERSIDADE;**
17. **PROMOVER A CONTINUIDADE DO PROGRAMA PRO JOVEM;**
18. **APOIAR A CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA PARA ARMAZENAR E DISTRIBUIR ALIMENTOS ADQUIRIDOS PELOS PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS;**
19. **GARANTIR APOIO À AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA ATRAVÉS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PEQUENOS PROJETOS DE PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS;**
20. **IMPLANTAR PROGRAMAS DE COMBATE À OBESIDADE E CARÊNCIAS NUTRICIONAIS;**
21. **ISENTAR O PRODUTOR RURAL DO IMPOSTO NA VENDA PARA O PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS;**
22. **PROMOVER E GARANTIR A IMPLANTAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA ÀS ENTIDADES DE PRODUTORES RURAIS;**



**23. ESTABELECEM PROCEDIMENTOS DE PARCERIA JUNTO À RECEITA ESTADUAL E FEDERAL E ÓRGÃOS AFINS, VISANDO GARANTIR, DE FORMA RÁPIDA, A EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO BÁSICA DO PRODUTOR;**

**24. FORTALECER A CADEIA PRODUTIVA COM POLÍTICAS PÚBLICAS;**

**25. INCENTIVAR E FORTALECER A AGRICULTURA ORGÂNICA;**

**26. INCENTIVAR OS SUPERMERCADOS E FEIRAS AO REAPROVEITAMENTO E COLETA DE ALIMENTOS QUE SÃO DESCARTADOS, EM CONDIÇÕES DE CONSUMO;**

**27. RESGATAR, JUNTO À ELETRONORTE, O PROJETO CINTURÃO VERDE.**

**28. ADEQUAR O CRÉDITO PARA QUE OS PRODUTORES ARTESANAIS CRIEM AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE SEUS EMPREENDIMENTOS;**

**29. AMPLIAR O PROJETO PNUD E CONAB NO PAA;**

**30. POSSIBILITAR A CRIAÇÃO DE ESPAÇO DE LAZER PARA ATENDER OS IDOSOS, COMO ACADEMIA POPULAR, ONDE POSSAM OFERECER ATIVIDADES ESPORTIVAS DIFERENCIADAS (NATAÇÃO, MUSCULAÇÃO, JOGOS, DANÇAS, ENTRE OUTROS) E CONDIZENTES COM A FAIXA ETÁRIA DOS IDOSOS;**

**31. CRIAR E GARANTIR A MANUTENÇÃO DO ABATEDOURO MUNICIPAL DE SUÍNOS E CAPRINOS;**

**32. IDENTIFICAR, ATRAVÉS DO CADUNICO, OS BENEFICIÁRIOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC/LOAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DA PESSOA IDOSA, IDENTIFICANDO A EXISTÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR.**

**33. CRIAR FÓRUMS DE DISCUSSÕES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E O ACOMPANHAMENTO FAMILIAR NAS COMUNIDADES;**

**34. CRIAR ESCOLAS TÉCNICAS PROFISSIONALIZANTES NAS CIDADES RURAIS E PERIURBANAS;**

**35. CRIAR CONSÓRCIOS DE DESENVOLVIMENTO ENTRE ESTADO E O MUNICÍPIO COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL;**

**36. PROMOVER PROJETO QUE CONTEMPLA OS ÍNDIOS QUE RESIDEM NA ÁREA URBANA;**

**37. CRIAR UMA BOLSA AUXÍLIO PARA JOVENS E ADULTOS QUE ESTEJAM REGULARMENTE MATRICULADO NA REDE DE ENSINO, ISTO É, PARA POPULAÇÃO NEGRA, POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADE QUILOMBOLA E POVOS DE TERREIRO E DOS DEMAIS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS;**

**38. AMPLIAR O PROGRAMA “LUZ PARA TODOS” PARA ATENDER AS ESCOLAS E COOPERATIVAS NA ZONA RURAL AINDA NÃO CONTEMPLADAS;**



**39. PROMOVER OFERTAS DE OFICINAS DE TEATRO, MÚSICA, ARTESANATOS, LEITURAS E DANÇA PARA SEREM DESENVOLVIDAS NAS COMUNIDADES;**

**40. REGULAMENTAR AS ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, EM TODAS AS FORMAS DE MÍDIA, PRINCIPALMENTE PARA AQUELAS DIRECIONADAS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES;**

**41. GARANTIR O FORNECIMENTO DE CERTIFICADO DE QUALIDADE DOS PRODUTOS ORGÂNICOS E NÃO ORGÂNICOS AO AGRICULTOR FAMILIAR;**

**42. PROMOVER SEMINÁRIO E ENCONTRO SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR;**

**43. GARANTIR A RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E AMBULÂNCIA DE TODAS AS COMUNIDADES.**

**44. CRIAR ESTRATÉGIAS DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS, NEGRAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO DESENVOLVIMENTO E QUALIFICAÇÃO DE NOVAS CULTURAS ALIMENTARES QUE SOLUCIONEM PROBLEMAS NUTRICIONAIS, SEM QUE HAJA A PERDA OU VIOLAÇÃO DAS REFERIDAS CULTURAS.**

**45. PROMOVER EDITAIS E PROGRAMAS QUE GARANTAM A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMO FORMA DE SE GARANTIR O BENEFICIAMENTO AGROINDÚSTRIA MELÍFERA PRODUZIDO POR ASSOCIAÇÕES RURAIS;**

**46. ASSEGURAR O PREÇO DOS PRODUTOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA AMAZÔNIA, RESPEITANDO A SUA GEOGRAFIA;**

**47. FOMENTAR A CULTURA COM INTERCÂMBIO A PROCESSOS PRODUTIVOS;**

**48. CRIAR LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, RESTRINGINDO A VENDA DE ALIMENTOS NÃO ADEQUADOS DENTRO DAS CANTINAS ESCOLARES.**

**49. INCENTIVAR E FORTALECER FÁBRICAS DE RAÇÃO PARA PEQUENOS ANIMAIS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS LOCAIS;**

**50. EXIGIR DO GOVERNO ESTADUAL QUE OS MUNICÍPIOS IMPLANTEM O SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM;**

**51. CRIAR E FORTALECER A ECONOMIA LOCAL PARA SE PROMOVER A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL;**

**52. PROMOVER E GARANTIR AO AGRICULTOR FAMILIAR MERCADO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA;**

**53. CRIAR E FORTALECER AS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA;**

**54. ESTRUTURAR ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO, PROCESSAMENTOS DE ALIMENTOS E EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA;**



**55. GARANTIR PROGRAMAS DE FORMAÇÃO NA ÁREA DE MANIPULAÇÃO DA PRODUÇÃO DE FRUTAS REGIONAIS;**

**56. DESBUROCRATIZAR O ACESSO AOS CRÉDITOS DESTINADOS AOS PEQUENOS PRODUTORES (PRONAF);**

**57. GARANTIR QUE A EMATER E SECRETARIA DE AGRICULTURA REALIZEM LEVANTAMENTO LOCAL E REGIONAL DAS POTENCIALIDADES DO SOLO NA ÁREA DA PRODUÇÃO E CRIAÇÃO;**

**58. OFERECER APOIO TÉCNICO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS, COOPERATIVAS, PARA PROPICIAR A DIVERSIFICAÇÃO NA PRODUÇÃO E OFERTA DE ALIMENTOS COM QUALIDADE, CULTIVADOS ORGANICAMENTE;**

**59. INCENTIVAR E FORTALECER OS PROJETOS DE HORTAS COMUNITÁRIAS E DOMÉSTICAS, NAS ESCOLAS, EM PARCERIA COM A EMATER E ESCOLAS AGRO TÉCNICAS E OUTRAS ENTIDADES;**

**60. ADQUIRIR ALIMENTOS DIRETAMENTE DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA A FORMAÇÃO DE ESTOQUES ESTRATÉGICOS E DISTRIBUIÇÃO À POPULAÇÃO EM MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL OU SITUAÇÕES EVENTUAIS;**

**61. PROMOVER FORMAÇÃO TÉCNICA, CONTINUADA, EM PARCERIAS COM EMATER, SEBRAE E SECRETARIAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;**

**62. CRIAR OU AMPLIAR PROJETOS NA METODOLOGIA DO MANDALA;**

**63. AMPLIAR O QUADRO DE TÉCNICOS NO ACOMPANHAMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES;**

**64. FISCALIZAR O USO INDEVIDO DE AGROTÓXICOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA;**

**65. PROMOVER A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL NA LINHA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;**

**66. GARANTIR O ACESSO À ÁGUA DE QUALIDADE PARA TODOS;**

**67. GARANTIR E AMPLIAR O FINANCIAMENTO PARA A PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NAS COMUNIDADES DA ZONA RURAL;**

**68. PROMOVER CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PARA INCENTIVAR O POTENCIAL DOS MARISQUEIROS PARA CRIAÇÃO DE OSTRAS EM CATIVEIRO (OSTREICULTURA);**

**69. BUSCAR PARCERIAS COM AS SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO, PARA DIAGNOSTICAR OS ALUNOS COM NECESSIDADES ALIMENTARES ESPECIAIS.**

**70. OFERECER CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO DE PELO MENOS UMA COZINHA COMUNITÁRIA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, COMO ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL E ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS DA FOME;**



**71. ACRESCENTAR, NO EDITAL DE CONCURSOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARAMERENDEIRAS COM PROVAS PRÁTICAS, PARA APROVAÇÃO DO CARGO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO;**

**72. AMPLIAR O ABASTECIMENTO E ACESSO E ÁGUA PRÓPRIA PARA CONSUMO HUMANO E PROCESSO PRODUTIVO.**

**73. IMPLANTAR CISTERNAS NA ZONA URBANA E RURAL NA REGIÃO AMAZÔNICA;**

**74. AUMENTAR MAIS EDITAIS COM PROJETOS DE AVICULTURA, PISCICULTURA E EXTRATIVISMO;**

**75. RETOMAR O PROGRAMA DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL PLHIS;**

**76. AMPLIAR A ASSISTÊNCIA NUTRICIONAL NAS INSTITUIÇÕES PROMOTORAS DE SANS;**

### **3: SISTEMA E POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.**

A instituição de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional no estado do Pará foi uma demanda mais polemizada, haja vista o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional sustentável ter estabelecido esse tema como uma de suas principais diretrizes. Para isso, mobilizou a sociedade civil organizada a partir do Fórum Paraense de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e RECID, sensibilizando a sociedade civil e empoderando-a sobre a constituição do SISAN - Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional; haja vista essa demanda ter sido recorrente durante a realização das Conferências Municipais, criando como perspectiva uma relação bem próxima com o poder público, na implantação do SISAN nos municípios. Além disso, o processo de mobilização deu oportunidade para discussão com relação à concepção na criação do SISAN. O papel intersetorial dessa política foi bastante debatido, criando-se uma perspectiva de promover e garantir a articulação das Secretarias Estaduais e Municipais, fortalecendo a intersetorialidade nas políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. A dinâmica foi estabelecida na Conferência com a apresentação do diagnóstico e implementação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional, no Estado e Municípios, efetivando a política de SAN, publicizando-a;

Um dos pontos mais debatidos foi a lei de criação dos Conselhos de SAN, instituindo o caráter deliberativo dessas instâncias, haja vista o perfil de instância de controle social.

Na linha da autonomia financeira dessas instâncias, foi proposta a criação do Fundo de Segurança Alimentar e Nutricional, Municipal e Estadual, garantindo no orçamento do PPA – Plano Plurianual, para o desenvolvimento das ações do SISAN, como forma de se garantir a inclusão no plano municipal e estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; recursos financeiros para o desenvolvimento das



Políticas de SAN; bem como garantindo no Plano Municipal e Estadual, recurso financeiro para o desenvolvimento das ações do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Deve ser reservado, no orçamento municipal e estadual, recurso financeiro com rubrica definida para desenvolvimento da política de SAN. Dentre estas, especificamente, foram apresentadas outras proposições reforçando a política com esse perfil intersetorial que a caracteriza. Além disso, garantir a criação de Centrais de Abastecimento e unidades de beneficiamentos de Alimentos nos Municípios em parceria com entes federados ; criação de uma Política de acesso ao crédito desburocratizado para as atividades de SAN; implantação de uma Política de Capacitação aos Pequenos Agricultores e às famílias que fazem parte dos Programas do governo federal com direito a crédito especial para mulheres e jovens; expandir e universalizar a Política de Sistema de Abastecimento de água com qualidade, atendendo as necessidades das populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e demais específicas, por regiões; adesão do estado e municípios ao Programa do Governo Federal de Cisternas: Sistema de Captação da água da chuva a ser destinado aos beneficiários do CAD-UNICO; utilização os dados

SISVAM para propor a política de Saúde; fomentar a criação do SIM – Sistema de Informação do Município, bem como a adesão dos municípios e estado ao SUASA (Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária), melhorando assim a qualidade dos produtos oferecidos à população; fomentar a criação do comitê gestor estadual e municipal do PAA; aumentar o per capita da alimentação escolar para os alunos do meio urbano e rural, igualando-os aos povos tradicionais indígenas e quilombolas; instituir e garantir o funcionamento da Câmara Técnica, assegurando o caráter intersetorial da Política de SAN; fortalecer as instituições de fiscalização das ações da política de SAN; sugerir criação de pólos regionais do ITERPA e INCRA com desburocratização do acesso à política de regularização fundiária junto aos pequenos agricultores, povos e comunidades tradicionais; reativar o Conselho Estadual e Municipal de Agricultura, aquicultura e pesca, garantindo orçamento para funcionamento ; criar e garantir o funcionamento do fundo municipal de desenvolvimento rural com repasse de verbas; assistência técnica pública aos agricultores familiares e povos tradicionais, uma das principais demandas apresentadas pelos pequenos produtores; desburocratização de acesso ao crédito aos pequenos produtores; a EMATER deve ampliar seu corpo técnico e viabilizar sua estrutura necessária para Implementação da Agricultura Familiar rural e periurbana; desburocratização do acesso ao crédito para os pequenos agricultores, com isso promovendo o fortalecimento da agricultura familiar; incentivar o cooperativismo e o



associativismo promovendo o processo organizacional do pequeno produtor; implementação do PRONAF MULHER E JOVEM ; garantir no plano municipal e estadual recursos financeiros para a construção da casa dos conselhos nos municípios; revisão pelo MDS dos critérios para a implantação do banco de alimentos por faixa de população (FAIXA 1: até 50 mil / FAIXA 2: 50 a 100 mil/ FAIXA 3: 100 a 250 mil/ FAIXA 4: 250 a 500 mil/ FAIXA 5: acima de 500 mil; implantação pelo MDS de cozinhas comunitárias juntos ao CRAS existentes na cidade; assistência técnica pública e crédito adequado para agricultores e agricultoras familiares e povos tradicionais; fomentar a produção agropecuária familiar, utilizando e valorizando saberes locais e princípios da agroecologia, bem como incentivar a agroindustrialização e a comercialização dessa produção; promover a capacitação de técnicos e técnicas da ATER, para adotarem metodologias dialógicas no atendimento ao público da agricultura familiar, respeitando a sua diversidade.

## **ANEXO I**

### **MOÇÃO EM DEFESA DA AMAZÔNIA E POR UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SÓCIO AMBIENTAL**

**Belém, 29**

**de setembro de 2011**

Reunidas na III Conferencia Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Belém no período de 27 a 29 de setembro de 2011, nós mulheres feministas, extrativistas, quilombolas, pescadoras, indígenas, ribeirinhas, rurais, negras, de comunidades de terreiro, trabalhadoras do campo, da cidade e da floresta, integrantes de movimentos sociais, alertamos que nossa Amazônia corre riscos, porque se tudo sair como os governos querem, nos próximos 40 anos a Amazônia pode estar devastada pela construção de nada menos que 302 barragens. Por isso, decidimos firmar uma aliança das mulheres em defesa das águas e contra as barragens. As barragens não trazem somente prejuízo ao clima e ao meio ambiente. As barragens são parte do modelo de desenvolvimento da economia capitalista e estão a



serviço do projeto da exploração das pessoas e da natureza para o enriquecimento de poucos.

Este modelo de desenvolvimento que devora os nossos rios para o lucro do mercado, transforma nossas águas, as matas, os animais em mercadoria e em nada contribui para transformar nossas vidas, ao contrário. O crescimento capitalista destrói nossos meios de vida, prejudica as condições de nosso trabalho e de autonomia econômica para as mulheres, ameaça a posse sobre nossos territórios.

Sabemos que todos os grandes projetos de infra-estrutura sempre trouxeram destruição e morte aos modos de vida dos seus povos originários e populações tradicionais em benefício de grandes grupos econômicos. A construção de hidrelétricas como a de Tucuruí, no Pará, Samuel em Rondônia, Estreito no Tocantins e Balbina no Amazonas são exemplos claros dos males que esse modelo de desenvolvimento produz.

As ameaças que vem sofrendo as populações dos rios Tapajós, Madeira, Teles Pires e Xingu também são motivos de nossas preocupações, ocasionadas pelos falsos discursos de progresso, desenvolvimento, geração de emprego e melhoria da qualidade de vida, vendidos pelos governos e consórcios das empresas em uma clara demonstração do uso da demagogia em detrimento da informação verdadeira.

Os impactos do processo brutal de expansão e acumulação do capital na Amazônia tem resultado na reconcentração da terra, na piora da distribuição de renda, no estabelecimento de cidades-empresas, de municípios verdes, de caos urbano com o aumento da marginalidade, prostituição, tráfico e consumo de drogas, aumento de

doenças sexualmente transmissíveis e assassinatos de lideranças; na transformação de modos de vida das populações tradicionais que nessa nova perspectiva de mercado passam a ser meros fornecedores de serviços ambientais, resultando na expulsão de famílias ribeirinhas, quilombolas e indígenas de suas terras, desestruturando suas vidas.

Temos clareza das consequências negativas para a maioria da população e muito lucro para uma minoria de beneficiados.

Alertamos que o capital hoje vem travestido de Mercado Verde e sua intenção é se apropriar do que ainda resta de recursos naturais na Amazônia e para isso precisa

apropriar-se dos territórios, em especial os que estão nas comunidades quilombolas, extrativistas e indígenas.

**ASSIM DECLARAMOS E ALERTAMOS:**

**- A Terra, nossa casa comum, se encontra ameaçada por uma hecatombe climática sem precedentes na história. O derretimento dos glaciares dos Andes, as secas e**



inundações na Amazônia são apenas os primeiros sinais de uma catástrofe provocada pelos milhões de toneladas de gases tóxicos lançadas na atmosfera e os danos causados à Natureza pelo grande capital, através da mineração descontrolada, a exploração petrolífera na selva e o agronegócio.

- A Terra não nos pertence. Pertencemos a ela. A Natureza é mãe, não tem preço e não pode ser mercantilizada e não pode ser propriedade e privilégio de alguns.
- Terra e água são bens comuns e não podem ser comercializados.
- Todo latifúndio é um crime contra a humanidade e como tal deve ser combatido.
- Reafirmamos nosso repúdio à exploração privada dos recursos naturais. .
- O direito dos povos originais de manterem suas culturas, suas identidades e seus territórios são sagrados.
- Povos indígenas e quilombolas devem ter suas terras demarcadas e juntamente com as comunidades tradicionais ter reconhecidos seus direitos
- Que Somos contra os modelos energéticos que alteram a geografia, destroem o meio-ambiente, desalojam populações, afogam culturas, gerando miséria e sofrimento.
- Que Somos contra o agronegócio e modelos que exploram a terra com o intuito de lucro.
- Reafirmamos a importância da Agroecologia, Soberania e Segurança Alimentar em contraponto ao agronegócio e monocultivo
- Que Defendemos o direito inalienável de todos os seres humanos de viverem em paz, com saúde, educação, moradia, transporte e todas as garantias para desenvolverem plenamente suas potencialidades.
- Que Lutamos por uma sociedade sem exclusões, com liberdade, justiça e soberania popular. Combatemos no dia-a-dia todas as formas de exploração e discriminação baseadas em gênero, etnia, identidade sexual e classe social
- Reafirmamos nossa identidade amazônida através de nossas múltiplas faces, honrando a tradição e construindo o novo. Fazem parte desta identidade as línguas originais dos nossos povos e seus conhecimentos tradicionais.

**Queremos Nossos Rios Vivos e Livres! RIOS PARA A VIDA E NÃO PARA A MORTE!**

**NÃO ÀS HIDRELÉTRICAS NO TAPAJÓS E XINGU!**

**As mulheres são como os rios, ficam mais fortes quando se Juntam!**